

JORNAL DO BRASIL Quanto custa o tempo

Noenio Spinola

OS dias vão se passando desde a declaração unilateral de moratória pelo Brasil, sem que o "efeito dominó" tenha ocorrido, com uma nação endividada atrás de outra jogando a toalha na lona, e sem que os bancos estrangeiros tenham sido, também, nocauteados. Ficamos só no ringue.

Cerca de 17 bilhões de dólares em empréstimos que temos pendurados em 13 grandes bancos americanos representam 48% do capital, e uma perda total desse dinheiro certamente influiria no valor de suas ações. Uma publicação especializada estimou uma queda de 33 centavos de dólar por ação no caso do Manufacturers Hanover, de 20 cents para o Citicorp, 11 cents para o Bank of America, 17 cents para o Chemical, 21 cents para o Chase.

A moratória brasileira pode provocar perdas para os acionistas, mas não terá peso para derrubar essas instituições. A mais vulnerável delas (o Bank of America) não ficou em dificuldades por causa do Brasil, mas dos fazendeiros americanos e de problemas administrativos internos, os mesmos que quase levam o Continental Illinois à lona. Quem, portanto, comemorou a queda no valor das ações de alguns bancos como um sinal de que eles fariam concessões dramáticas, errou nos cálculos. Vinte ou 30 centavos por ação não chega a ser uma tragédia em mercados de capitais que movimentam bilhões de dólares por dia.

Tudo indica, a essa altura, que o sistema financeiro já absorveu e deglutiou o choque. Como os bancos têm administrações privadas, respondem a acionistas e são obrigados a fazerem provisões para devedores duvidosos, sua agilidade é incomparavelmente maior que a de quaisquer governos, cuja característica é a instabilidade, a descontinuidade adminis-

trativa e política. Para não falar na irresponsabilidade. Ministros devedores não têm que prestar contas a acionistas quando deixam o cargo.

O tempo, como em Proust, é, assim, mais inimigo dos devedores que dos credores. Enquanto o tempo passa, as atividades econômicas em geral vão lentamente sentindo o reflexo da falta de decisões econômicas estratégicas que afetam os investimentos internos e externos. O embaixador americano em Brasília parece ter passado a mensagem certa ao ministro do Trabalho: o impasse freia os investimentos de capital de risco.

Nenhum empresário desconhece hoje a luta pelo poder que se esconde detrás da Constituinte e dos múltiplos candidatos à sucessão do presidente José Sarney. Ninguém ignora que o jogo está sendo feito por baixo, porque cada candidato potencial se articula primeiro com suas bases — o que leva tempo — e porque o desdobramento natural desse exercício de esgrima requer "tempo".

Infelizmente, o tempo não planta nem colhe. A desorganização agrícola que ficou evidente com a paralisação do campo esta semana vai se refletir fatalmente nas safras futuras, pagando por um dos piores pecados originais do Cruzado: o desalinhamento dos preços relativos. Os mesmos atores que inventaram o gatilho salarial e prometeram inflação zero ao povo brasileiro seguraram preços que agora se atropelam em um processo de realinhamento caótico, para dizer pouco desse processo. A agricultura sempre viveu pendurada num balanço delicado entre juros que estimulam a aplicação do dinheiro recebido no próprio campo, ou no **open**. A falta de tato na manipulação desses parâmetros terminou em promessas que ninguém entendeu, como a de corrigir os preços de garantia pela alta das matérias-primas agrícolas (insumos) e os custos financeiros pelas Letras do Banco Central. Como o próprio Planeja-

mento se encarregou de desmoralizar os índices do IBGE, ninguém sabe o que será o preço final de coisa nenhuma, muito menos o custo financeiro efetivo de um crédito agrícola. A volta do ministro Sayad ao Planejamento, com um plano a tiracolo, significa que outra vez a nação terá que assistir ao confronto de ideias entre equipes que não conseguiram, até agora, costurar nada homogêneo, ainda quando tenham sido todas elas oferecidas ao Presidente pelo PMDB e com a mesma musa inspiradora.

Há quem acredite que a raiz de todas as descosturas na vida nacional pode ser encontrada numa síndrome mais profunda: a síndrome dos intérpretes políticos. Levada depois de vinte anos para o cenário abstrato de Brasília, a jovem democracia brasileira perdeu o sentido de urgência, de responsabilidade e de tempo, nos corredores e cúpulas do Congresso. Ninguém ouve ali a voz dos mercados, interpreta com atraso a voz do campo ou as sirenes dos navios parados na Baía de Guanabara e em Santos.

No cenário abstrato, o jogo do poder criou seu próprio espaço e seu próprio tempo. Há uma dessintonia completa entre Brasília e o resto do país, entre as cúpulas do Congresso e os mercados financeiros, agrícolas, de capitais e de quaisquer outros bens e serviços. Constar o mandato do Presidente ou deixar os banqueiros estrangeiros na dúvida tem o mesmo valor relativo debaixo das redomas com ar condicionado. O Brasil não é ainda o que os americanos e europeus entendem como uma sociedade interligada por fios e cabos, onde cada local remoto é parte do conjunto e com o conjunto interage. Ilhados em Brasília, os constituintes inventaram seu próprio tempo, enquanto o resto do país fervilha. Oxalá a tampa dessa panela não os atinja em estilhaços, exigindo uma troca rápida de intérpretes.